

PRÁTICAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: CONTRIBUIÇÃO PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Crizeide Miranda Freire

Resumo: O estudo objetiva apontar a importância da discussão de práticas inclusivas na formação inicial para que sejam utilizadas pelos estagiários durante os estágios supervisionados, contribuindo no processo de inclusão dos alunos com deficiências. Torna-se necessário observar os encaminhamentos que são ou não ofertados aos futuros professores em relação às estratégias pedagógicas diversificadas que atendam aos alunos com deficiências matriculados nas escolas regulares da rede básica. Salienta-se perceber as lacunas no processo de formação em relação a práticas inclusivas, tendo em vista as possibilidades de reestruturação curricular que leve a uma formação mais qualificada dos discentes sobre inclusão de pessoas com deficiências e a compreensão de prática que levem aos letramentos múltiplos e ampliação das habilidades dos educandos. No percurso dessa discussão inicial, alguns teóricos tais como Pimenta (2004), Nóvoa (2019), Tardif (2005), Mendes (2006), Mantoan (2003) subsidiaram o trabalho, buscando uma articulação pós-crítica.

Palavras-Chave: Formação inicial. Práticas Pedagógicas. Estagiário. Pessoa com deficiência.

INTRODUÇÃO

A escola é um dos principais espaços formativos, de interação, mas nem sempre gira em torno do efetivo respeito à diversidade, considerando as diferenças, necessitando assim, de constantes intervenções para repensar o lugar da inclusão. Uma escola inclusiva preza pelo cuidado às especificidades de seu alunado, percebendo-os pelas suas potencialidades, acolhendo o diverso e equiparando oportunidades, tendo em vista o aprendizado do grupo. A agência escolar precisa organizar-se de forma que todos os discentes convivam e aprendam juntos,

interagindo, respeitando as diferenças e aprendendo com elas. Requer ainda, ampliação das potencialidades do educando, considerando limitações, especificidades de cada um, para estabelecer parâmetros de uma escola para todos, sem barreiras ou restrições, um lugar de equidade.

É função da formação inicial docente, instrumentalizar os futuros professores para atuação educacional, ensino e gestão de classe dentro de princípios políticos, ético-filosóficos bem delineados, levando o profissional a entender o seu papel de mediador da aprendizagem e o da escola enquanto agência inclusiva, frente aos desafios constantes da sociedade contemporânea, como aponta Bauman (2001), uma modernidade líquida e movente, que passa por várias transformações em tempos de liberdade e, também, de inseguranças.

Os estagiários vivenciam no processo formativo todas essas inseguranças e passam por mudanças de postura no encontro com a realidade da educação básica, ocupando não só a função de aluno, mas também a de professor, o que se configura como “entrelugar” da docência. Cabe aqui, nesse duplo papel pensar a escola como espaço diverso e de prática inclusiva para contemplar e atender aos demais envolvidos na formação: os seus alunos, que são singulares e possuem especificidades, inclusive deficiências, e que não impede a nenhum integrante do grupo de aprender.

Com o objetivo de apontar a relevância da discussão de práticas inclusivas na formação inicial, devendo os estagiários utilizá-las durante os estágios supervisionados de modo a contribuir no processo de inclusão dos alunos com deficiências, seguiremos refletindo sobre esse “entrelugar” de professor e aluno ocupado pelo estagiário durante a regência e no percurso de sua formação inicial, para uma atuação frente aos desafios da sala de aula, fazendo uso de práticas significativas e inclusivas que

atendam a diversidade dos alunos nas diversas modalidades de ensino.

A INCLUSÃO NA FORMAÇÃO INICIAL

A formação de professores continua sendo uma das questões mais debatidas no sistema educacional brasileiro. São vários os aspectos que envolvem o processo da docência e que precisam ser questionados, ratificados e tensionados, tendo em vistas as necessidades apontadas nos temas que se desdobram. É importante compreender os aspectos técnicos, éticos, pedagógicos, específicos da área de formação que ajudem a munir o professor de conhecimentos e permitam o atendimento do grupo frente à realidade complexa e em movimento encontrada nas salas de aulas, dentre elas, estratégias diversificadas que atendam aos alunos, inclusive, os com deficiências.

Agenciar uma formação que dê condições de proporcionar os diversos letramentos aos discentes com deficiência, que possibilite sua inclusão no ambiente educacional e, por conseguinte, na sociedade, é uma das metas. Pois, mesmo inseridos na escola, esses alunos continuam à margem, vivenciam uma integração que não promove a eles, na maioria das vezes, os mesmos direitos que aos demais, sendo um deles, o de aprender. Sendo assim, cabe ao estagiário refletir sobre o significado da práxis, numa compreensão de si e do outro, percebendo o inacabamento do conhecimento e a necessidade de construção contínua de novos saberes para atuação da docência.

Na tentativa de propor e ampliar direitos nos diversos espaços sociais, onde o modelo de educação deva ser na/para diversidade, políticas educacionais de inclusão são construídas ao longo da história. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, (LBI 13. 146/15) em seu artigo 1º reflete essas ações,

ao assegurar de forma direta as condições de igualdade e liberdade fundamentais, com vistas à inclusão e cidadania, deliberando a educação inclusiva como direito assegurado às pessoas com deficiência (PCD), em todos os níveis, ao longo da vida, para melhor desenvolver suas habilidades e construir aprendizagens. Conhecer essa e outras leis que refletem direitos numa perspectiva educacional aos estudantes com e sem deficiência é imprescindível aos estagiários no processo da formação inicial.

Por meio de lutas da família, militantes da causa que levaram a produção de leis, os alunos com deficiências estão cada vez mais presentes nas escolas regulares, o que torna salutar dar aos discentes acadêmicos uma preparação para trabalhar com esses discentes durante seus estágios numa perspectiva inclusiva. Neste percurso, é necessário entender, diante das lacunas que constatamos nos cursos de formação, como os estagiários desenvolvem estratégias para esse trabalho, de forma a pensarmos, também, a possibilidade de reformulação nos currículos dos cursos de licenciaturas, numa perspectiva mais inclusiva.

A formação inicial dos estagiários deve contribuir na elaboração e ampliação de habilidades e competência da docência, promovendo experiências pedagógicas a partir de um percurso inclusivo, com vistas às singularidades de cada sujeito, suas histórias de vida, possibilidades e limites, levando-os a uma práxis mais acolhedora e significativa, “precisamos repensar, com coragem e ousadia, as nossas instituições e as nossas práticas” (NÓVOA, 2017, p. 6). Propor uma formação densa de professores implica discutir temáticas que possibilitem uma formação voltada para o atendimento da diversidade dentro e fora da escola.

A época em que vivemos nos traz incertezas, as demandas sociais sugerem inovações em várias esferas e isso tensiona,

sobremaneira, a dimensão da prática pedagógica. De forma insurgente, o acelerado processo de modernização torna-se líquido e fluido, reforçando os desafios impostos pelo momento atual. Como a formação do professor deve ir além do contexto escolar, da sala de aula, a atuação docente requer atenção às transformações socioculturais, pois, “os fluidos se movem facilmente”. Eles ‘fluem’, ‘escorrem’, ‘esvaem-se’, ‘respingam’, ‘transbordam’, ‘vazam’, ‘inundam’, ‘borrifam’, ‘pingam’, são ‘filtrados’, ‘destilados’[...]” (BAUMAN, 2001, p. 8), e a escola se move nessa direção.

Levar ao palco da escola essas tensões com a certeza da necessidade de mudança é repensar a formação profissional e possibilitar ao discente/docente, o “entrelugar” que ocupa o estagiário, desnudar-se das concepções que não atendam as demandas vigentes, entendendo a importância da reorganização de ideias e práticas obsoletas em função da promoção de competências e habilidades mais eficazes para o exercício da docência. Nesta movência de posturas, ações e reações, na condição de docente que não lhe é dada, mas construída e segue um eterno devir, o estagiário carece, dentre outras coisas, saber lidar com a diversidade existente entre os alunos, o que lhe dará subsídios para realizar estratégias pedagógicas necessárias à inclusão de alunos com deficiências, que contribuam com o seus processos de letramentos e das múltiplas aprendizagens, visto que a formação deve atender às demandas escolares, extraclasse e aos desafios da atualidade.

Em nossa sociedade temos uma grande diversidade de sujeitos e, se faz necessário à inclusão e permanência de todos no processo educacional, sendo, por sua vez, também um direito constitucional conferido aos cidadãos. Os cursos de licenciatura devem pensar em uma formação que qualifique os alunos para essas realidades ou vamos continuar com atitudes reprodutivistas,

mantendo uma educação desvinculada da realidade social em que vivemos. Não basta termos discursos inclusivos sem práticas que, efetivamente, possibilitem uma educação inclusiva e atraente para os discentes, movendo-os em direções diversas ainda durante o curso, no período de estágio e, posteriormente, ao assumirem uma regência de classe como professores.

A formação inicial é um momento de relevância na profissionalização do indivíduo. Nos últimos anos tem se discutido bastante sobre a formação e, uma grande questão que permeia o debate é como formar professores levando em consideração os conhecimentos específicos de cada área, a formação pedagógica e elementos que se percebe o sujeito na sua essência, na singularidade de forma diversa. Compreendemos que um curso de formação de professores não dá conta de discutir todas as temáticas sociais e suas implicações com a escola. Mas, precisa direcionar o estudante para um universo plural, oferecendo caminhos possíveis para mudanças na sua práxis a partir do que demandam seus alunos, revendo conceitos, reconstruindo saberes para tornar sua ação mais efetiva que atenda ao grupo. O futuro professor, como aponta Tardif,

[...] deve ser capaz de se expressar com uma certa autenticidade, diante de seus alunos; deve ser capaz de gerir uma sala de aula de maneira estratégica a fim de atingir objetivos de aprendizagem, conservando sempre a possibilidade de negociar seu papel; deve ser capaz de identificar comportamentos e de modificá-los até certo ponto. O “saber-ensinar” refere-se, portanto, a uma pluralidade de saberes (2005, p. 178).

A profissionalização do docente envolve uma gama de conhecimentos e práticas que se configuram como complexas, pois este trabalho consiste em formar pessoas diferentes, com comportamentos, atitudes e desejos, também, diversos. Para Núñez e Ramalho (2008), a profissionalização deve ser

considerada enquanto uma unidade, com aspectos internos e externos, ou seja, na construção da identidade e do desenvolvimento profissional, mediante um processo dialético.

Seguindo esta linha de pensamento e para compreensão do signo profissionalismo que envolve a formação, cabe dizer que o aspecto interno é a profissionalidade, a dimensão que considera os saberes, técnicas, as competências e habilidades relacionadas ao desempenho profissional. Ainda no interior da ação, temos outro aspecto, o profissionalismo composto pela “dimensão ética dos valores e normas, no grupo profissional, com outros grupos [...], viver a profissão, as formas de se desenvolver na atividade profissional. [...] status social, autonomia intelectual [...]” (NÚÑEZ; RAMALHO, 2008, p. 4).

A formação inicial para o sujeito é, por sua vez, os degraus iniciais da escadaria para a docência e, na subida, as mudanças vão ocorrendo para que se passe do lugar de aluno para o professor. Nesse movimento íngreme, não tomo o período de passagem como o não-lugar, pois não se trata de um espaço sem identidades ou história. O lugar ocupado pelo estagiário é um meio termo, um “entrelugar” formado por dois lugares e, como diz Augé (2012, p. 75) “o lugar antropológico é a possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza”. O espaço ocupado pelos estagiários é lugar de discursos múltiplos, de interação e construção identitárias, de busca por marcas que o tornam diferentes e os levaram ao processo do como ser professor, um devir.

O estagiário vai organizando o seu lugar, experimentando e experienciando a docência numa perspectiva crítica e reflexiva, estimulando o pensamento autônomo, promovendo um ensino transformador que leve a emancipação de si e dos outros e percebendo a escola como lugar de formação e espaço educativo.

O início da formação profissional visa qualificar o sujeito para o exercício docente, compreendendo esse lugar como o de quem “ensina”, mas, sobretudo, aprende. Cabe salientar que os saberes pelo estagiário construídos devem conduzir as aprendizagens dos alunos levando em conta a realidade objetivando a quebra de paradigmas que, de certa forma, se enraízam na escola e dificultam o desenvolvimento de práticas mais libertárias e inclusivas.

Nesse processo formativo é preciso quebrar paradigmas e tradições a partir de novos saberes e procedimentos metodológicos que pensem a atuação profissional não só por vias teóricas e práticas, mas no eu, considerando as teorias pessoais que interligam o pessoal com a prática profissional. À medida que a prática é desenvolvida vai se percebendo as lacunas, a necessidade de um aprimoramento constante que dará ao professor uma melhor condição de atuação, elementos esses a serem observados desde o estágio, durante a formação inicial do sujeito. A prática pedagógica demanda investimento pessoal, ações criativas e fora de moldes pré-estabelecidos, ousadia para produção de projetos inovadores e viabilize a construção identitária tanto pessoal quanto profissional.

É importante que a formação de professores dê conta de um conjunto de conhecimentos que sustente a prática docente, embora seja evidente que é preciso que o professor se coloque a todo o momento enquanto aprendiz, pois as demandas vão surgindo na escola e, nenhuma formação dará conta das transformações e das necessidades específicas de cada grupo que vão surgindo durante a regência. No entanto, há discussões que precisam ser fortalecidas nos cursos de licenciatura para evitarmos certa defasagem na formação, principalmente no que diz respeito ao trabalho com a diversidade, em especial, sobre as pessoas com deficiência. E isso reflete no momento do estágio,

fato que tem dificultado a vida desse sujeito que está neste entrelugar de aluno e professor.

PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Envolvido no processo educacional, o professor deve promover em sua atuação ações dinâmicas que mobilizem, desloquem e desterritorializem seus alunos para construção de uma sociedade mais democrática e cidadã. Para que isso se torne possível, a prática deve se efetivar em dimensões sociais, políticas e históricas, por uma educação transformadora. O objetivo do professor é, sem dúvida, promover uma prática pedagógica que leve ao aprendizado do grupo, sendo assim deve ser ensinada durante a formação inicial. A aprendizagem se constitui ao longo da vida, a escola é, dentre tantas outras, uma agência, um dos espaços onde ela ocorre, sendo feita de maneira sistematizada, incorporando estratégias para que os envolvidos sejam interlocutores nesse processo e o fluxo seja para todos, em especial aos professores e alunos, aprender a aprender por meio de habilidades a serem utilizadas e redimensionadas ao longo da vida.

Os estagiários precisam ser conduzidos em práticas pedagógicas que os tornem mais autônomos para o aprendizado diário, da vida, numa perspectiva coletiva, consciente e com competência. Que acessem os novos conhecimentos para mudanças, unindo os aprendizados já adquiridos para transformá-los de forma crítica e reflexiva. Sabemos que uma prática pedagógica parte de outras experiências, é uma prática cultural inicialmente coletiva a ser melhorada, reconstruída a partir dos novos entrecruzamentos de saberes.

Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco, observando-nos, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. Nesse processo escolhem, separam

aquilo que consideram adequados, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. Para isso, lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 7).

Não é fácil para o estagiário, durante seu processo inicial na regência, ir além da transposição de modelos apresentados nas aulas por seus professores ou durante as observações feitas. Muitas dessas práticas se enquadram no modo tradicional de atuar e que, ainda faz parte de nosso cotidiano, tomando o ensino como estável e não levando em consideração as mudanças, as realidades locais, a diversidade de alunos na escola, dentre eles grupos marginalizados como o das pessoas com deficiência. Se a formação inicial valorizar esse modelo em que anule o potencial intelectual e criativo do sujeito, a agência escolar terá apenas a função de ensinar, tomando não aprendido um problema do aluno, da família, de seu ambiente sociocultural, esquecendo as práticas inadequadas que não compreendem o aluno no seu todo e nas suas singularidades.

Outro ponto que determina a escolha das práticas diz respeito à clareza dos objetivos que se deseja alcançar. As ações no contexto escolar devem seguir caminhos e procedimentos que atendam a propósitos bem definidos. As atividades escolares, dentre elas as práticas, reverberam culturalmente no ambiente social e, cabe ao professor, sendo ele estagiário ou já tendo concluído sua formação inicial, compreender essa complexidade para trazer seus objetivos juntos a práticas, estratégias pedagógicas que contemplem ao grupo, promovendo autonomia e criticidade de quem propõe e dos participantes dessa interlocução, o que torna a ação dialógica e socialmente construída.

De forma coletiva, à luz de teorias a serem analisadas, criticadas e reformuladas cotidianamente, instrumentaliza-se a

práxis docente para intervenção e transformação da realidade. A prática pedagógica a ser orientada na formação inicial docente é a que menos se apegue ao reprodutivismo ou a modelação do ensino, mas que valorize a formação intelectual e o desenvolvimento crítico, que trabalhe em função do aprender de cada um, que garanta as mesmas condições para se chegar à aprendizagem. E, para isso, é preciso que a prática pedagógica seja inclusiva.

Para que o professor desenvolva práticas inclusivas é preciso que, desde a formação inicial, se discuta temáticas relativas à diversidade, aprofundando cada dobra deste tema, com saberes específicos, para pensar acerca de competências e habilidades que se constroem individuais e coletivamente. O uso de práticas inclusivas permite ao professor contribuir para que os alunos com deficiência permaneçam na escola e possam ampliar seu potencial, continuar aprendendo cada um em seu ritmo, pois todos os sujeitos aprendem no seu tempo e precisam de estratégias diferentes. Salienta-se a importância do uso de recursos didáticos, ferramentas que envolvem interação, ludicidade e atividades práticas nesse contexto.

Escolher práticas e materiais pedagógicos inovadores que estimulem a compreensão e aprendizagem, ao invés de propor estratégias de competição e que não tenham relação com a realidade dos alunos, é fundamental, principalmente com os alunos com deficiência. Durante a formação inicial é importante que haja componentes que discutam os aspectos diversos sobre a pessoa com deficiência, os encaminhamentos para possam potencialização do saber, formas significativas de aprender a aprender.

O papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do novo ensino, em todos os seus níveis [...] a inclusão não cabe em um paradigma tradicional de educação

e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (MANTOAN, 2002, p. 81).

É um desafio na formação romper com este modelo excludente, mas é preciso modernização e novas perspectivas, busca de outros parâmetros para inovar, repensar as práticas em uso para que os exemplos dados aos alunos não sejam obsoletos e eles estejam reproduzindo durante o estágio e ao longo de sua carreira profissional. A formação e, por sua vez, a atuação profissional deve efetuar práticas inclusivas como fortalecimento integral dos discentes, levando todos os alunos com ou sem deficiência ao acesso ao saber com recursos que atendam melhor as demandas de cada um.

A formação inicial inclusiva deve partir de uma revisão curricular, de iniciativa do formador a partir do cuidado na organização do planejamento ao considerar a importância da heterogeneidade nesse processo e da diversidade enquanto elemento social e que se reflete na escola. Os alunos que passam pelos cursos de licenciatura carecem de arcabouço teórico que sustentem seu fazer pedagógico, com saberes específicos que contribuam com a redução da diversidade de preconceito, compreendendo que a escola precisa de um ensino significativo, sendo efetivada desde o período de estágio, usando este momento de experiência com laboratório, ação reflexiva que determinará sua postura na escolha de práticas ao longo de sua profissão.

CONHECER O TEMA PARA PROPOR NOVAS PRÁTICAS

As escolas de Educação Básica recebem os alunos com muitas demandas, sendo elas sociais, psicológicas, física,

intelectuais dentre outras. Os estagiários precisam entrar nessas escolas para realização dos estágios supervisionados e se deparam com realidade que, na maioria das vezes, não são contempladas na formação, adaptando-se a elas no processo formativo, para conseguirem atender aos alunos no desenvolvimento dos seus letramentos e, quando esses discentes possuem deficiências, as coisas se complicam ainda mais.

As universidades precisam nos cursos de licenciatura de currículos que atendam a realidade social, que discutam questões como diversidade, estratégias de atendimento às pessoas com deficiência para que se reduzam suas perdas no espaço regular de ensino. Autores como Amaral (1998), Crochik (2012), destacam preconceitos contra a diversidade, em especial contra a pessoa com deficiência em âmbito escolar, (exclusão/segregação, indiferença, invisibilidade etc.), como alguns dos obstáculos para inclusão, permanência e acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência. A falta de conhecimento sobre o assunto contribui para que o preconceito se instaure e a escola acaba sendo lugar de intolerância quando deveria mediar o conhecimento em relação ao respeito ao outro.

Nesta linha de entendimento, acreditamos que essas barreiras se instauram pela associação direta dos signos incapacidade e deficiência, entre outras terminologias afins, usadas de forma grosseira, desrespeitosa e insensível para tratar as pessoas com deficiência. Ao longo da história, registradas em leis e decretos, usadas em escritos diversos, tivemos nomenclaturas diferentes para falar sobre a pessoa com deficiência: pessoas excepcionais, portadoras de deficiência, pessoas especiais, com necessidades especiais. Ao lado desses termos instituídos legalmente, ainda que não sejam os mais apropriados, ouvimos e de repente, também reproduzimos, palavras ofensivas e discriminatórias: defeituoso, anormal,

retardado, aleijado, mudo, ceguinho entre outras. Atualmente, o termo a ser usado a partir da oficialização através da Lei Brasileira de Inclusão — Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é pessoa com deficiência (PCD).

Infelizmente, mesmo com o termo específico a ser utilizado, a sociedade se apropria do modelo médico, registrado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e na Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), ao apresentar critérios e parâmetros para definir e distinguir a saúde, deficiência, transtornos e incapacidade, Di Nubila e Buchalla (2008). A falta de compreensão dos termos e a incompreensão conceitual, a arbitrariedade entre signficante e significado, levam a outra percepção da pessoa com deficiência que é o capacitismo, atitude discriminatória contra as pessoas com deficiência, hierarquizando esses sujeitos em razão da modelação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional.

Outro elemento que contribui com barreiras educacionais é a instituição da nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PNEE): Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida por meio do Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020, instituído pelo atual Presidente da República, sem um devido debate e “no apagar das luzes”. Considerada um retrocesso pelos que apoiam e lutam pelos direitos da pessoa com deficiência, a política segue na contramão da LBI e isenta desobriga o estado na garantia da educação pública de qualidade, gratuita e acessível a todos. Incentiva a abertura de escolas e classes especiais para os alunos com deficiência, suplantado com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva desses 2008, instituindo a matrícula em escolas regulares e, a depender do caso, a complementação pedagógica com o Atendimento

Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF).

O desconhecimento das leis que garantem ou que deveriam apoiar e garantir os direitos das pessoas com deficiência dificulta o trabalho do professor na formação de outros professores e na atuação de todos na escola, limitando pensar, produzir e aplicar práticas pedagógicas inclusivas que contribuam com o aprendizado de todos os envolvidos no processo educacional por garantir a observância das singularidades e o trabalho com o potencial de cada sujeito. Em um de seus textos Mendes (2006), ao discutir sobre a inclusão escolar, pontua acerca da normatização do ensino que leva a integração, e consiste na entrada das pessoas com deficiência na escola regular, mas não garante sua permanência, propostas pedagógicas acessíveis, uma real inclusão.

Vinculado ao processo de inserção, permanência e acessibilidade na escola, percebemos as dificuldades na formação dos professores para trabalhar com essas demandas. Como destaca Figueiredo (2008), uma escuta da prática pedagógica gera reflexão sobre a forma de atuar em sala, tendo em vista a heterogeneidade dos alunos e suas condições de aprendizagem. Essa proposição leva o profissional e as instituições formativas a repensarem as competências necessárias ao educador, que vivencia um novo cenário político e, socioculturalmente refletido numa perspectiva de luta pela permanência e ampliação de direitos dentro e fora da esfera escolar.

Vivenciar as situações que envolvem a pessoa com deficiência é salutar na formação, conhecer as políticas de inclusão, seus paradigmas e os modelos que envolvem os conceitos e significação acerca desse grupo é imprescindível na formação de professores. As dificuldades encontradas nesse processo incidem na palavra, no signo carregado de significante

que se apoia no modelo médico e condiciona a pessoa com deficiência à anormalidade, a falta, a incapacidade. Essa condição, o capacitismo, aponta ser um problema do indivíduo e este deve buscar a cura para sua doença.

Propondo um novo olhar, surge a partir da o modelo social que diz: “O conceito de deficiência, segundo a Convenção, não deve ignorar os impedimentos e suas expressões, mas não se resume a sua catalogação” (DINIZ *et al.*, 2009, p. 66). Este modelo social desvela a possibilidade de garantia de uma isonomia básica de direitos, rompendo com a cultura da normalidade que impede os sujeitos de ocuparem lugares como a escola e a viverem de forma segregacionista. Ao resistir à redução da deficiência aos impedimentos, oferece novos instrumentos para a transformação social e a garantia de direitos. “Não era a natureza quem oprimia, mas a cultura da normalidade que descrevia alguns corpos como indesejáveis [...]” ao denunciar a opressão das estruturas sociais o modelo social mostrou que os impedimentos são uma das muitas formas de vivenciar o corpo (DINIZ *et al.*, 2009, p. 69).

Este novo sujeito de direito precisa ter essas garantias também dentro da escola, garantias essas que possam lhe proporcionem uma educação de qualidade, sem que sejam penalizados pela sua condição de pessoas com deficiência, ficando à margem das estratégias inclusivas, imprescindíveis nas práticas dos docentes na promoção do conhecimento e aprendizado do seu alunado. O profissional da educação precisa contribuir na formação de uma escola inclusiva para construção de uma cultura escolar inclusiva. Segundo Mendes (2006), a inclusão poderia ser pensada como uma das funções da escola e, isso contribuiria na valorização das diversidades socioculturais, identitárias e linguísticas.

CONCLUSÃO

A discussão buscou tensionar reflexões sobre as práticas inclusivas na formação inicial. Tais práticas carecem ser utilizadas pelos estagiários no processo de estágio supervisionado, levando em conta que, o “entrelugar” ocupado na formação servirá como laboratório para o exercício da docência após sua formação.

A produção de saberes nos cursos de formação vem como um grande desafio para o fomento das práticas inclusivas. Pois, esses saberes devem promover comportamentos diferenciados frente às situações complexas que ocorrem na escola e nas práticas desenvolvidas pelos professores em relação à diversidade, em especial as pessoas com deficiência. Sendo assim, faz-se mister que a universidade traga para os currículos componentes que discutam temáticas da diversidade, da inclusão para que os professores formadores discutam em seus planejamentos estratégias, textos, proposições que os façam refletir e desenvolver novas atitudes a partir dos conhecimentos teóricos, pedagógicos, éticos que conduzam a uma prática mais eficiente e equitativa.

Além das mudanças pensadas em relação aos currículos, é importante salientar que algumas ações são realizadas por professores dentro do tripé proposto pela universidade (ensino, pesquisa e extensão) como cursos, oficinas, discussões que envolvem o ensinar e o aprender na /para a diversidade. É preciso que haja a participação dos alunos nessas atividades como cursistas ou apresentando proposições, favorecendo as discussões iniciais e/ou fortalecendo seus saberes acerca da temática. Políticas públicas educacionais precisam ser elaboradas na perspectiva das práticas inclusivas, o que levará os cursos de formação de professores a adequação de seu trabalho para atender as mudanças socioeducacionais.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96.

Disponível em

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 23 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

CROCHÍK, J. L. Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, 2012.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur, Rev. int. direitos humanos*. v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009.

DI NUBILA, Heloisa Brunow Ventura. BUCHALLA, Cassia Maria. O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. *Rev. bras. epidemiol. [online]*. 2008, vol.11, n.2, p.324-335.

FIGUEIREDO, R. V. A formação de professores para inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1, p. 141-145.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11 n. 33 set./dez. 2006.p. 387-405.

NÓVOA. Antônio. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, 166p. 1106-1133 out./dez. 201.

NÚÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L. *A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professores do ensino fundamental*. *Revista Iberoamericana de Educación*, OEI, n. 46, 9-10 setembro de 2008.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena´ *Estágio e docência: diferentes concepções*. *Revista Poíesis*, v. 3, Números 3 e 4, p.5-24, 2005/2006.

PLETSCH, Márcia. Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, direito, políticas e resultados de pesquisas. *Educar*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2005.